

## *A Invenção das Relações Internacionais como ciência social: uma introdução à Ciência e à Política das RI.\**

**Pedro Emanuel Mendes\*\***

### **Introdução**

Este texto tem como objectivo oferecer um fresco sintético sobre a história da autonomia da disciplina das Relações Internacionais (RI)<sup>1</sup> como ciência social. Começamos por fazer uma contextualização histórica do nascimento e formação da disciplina, nomeadamente da importância da escola americana na afirmação da disciplina como ciência social. Posteriormente abordamos genericamente as visões europeias sobre a disciplina, destacando a recente redescoberta e afirmação europeia das RI. Neste quadro, fazemos também uma breve menção comparada do caso português. Finalmente apresentamos uma síntese sobre as principais teorias das RI, e sobre a sua relevância na prática. Deste modo, este é mais um passo na tentativa de ultrapassar a relativa ausência de estudos sobre a história da invenção e identidade da disciplina das RI – da dialética entre a sua história e a sua teoria - e do seu enquadramento comparativo com a invenção da disciplina em Portugal.

---

\* Este trabalho insere-se no âmbito do nosso projeto de investigação sobre a *Ciência e a Política* das Relações Internacionais em Portugal numa perspectiva comparada (CEPESE-UP e IPRI-UNL), trata-se ainda de uma versão inicial.

\*\* Pedro Emanuel Mendes é Doutor em Relações Internacionais pela FCSH da Universidade Nova, Mestre em Sociedades e Políticas Europeias pelo ISCTE e licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada. É Investigador do CEPESE da Universidade do Porto e do IPRI da Universidade Nova de Lisboa e Professor Auxiliar da Universidade Lusíada. Publicações incluem:

1. “A Europa entre o Céu e a Terra: duas visões sobre o processo de integração europeia” in *Revista Lusíada de Relações Internacionais*, Porto: n°1, 2000, pp. 201-225. 2. “Utopia, uma ideia na história ou uma ideia de história? Considerações sobre a busca do ideal de Isaiah Berlin” in *Revista Lusíada de Relações Internacionais*, Porto: n°2, 2001, pp. 271-294.

3. “A dimensão internacional da transição democrática em Portugal: a influência da Europa” in FREIRE, Raquel, (Coord.) *The Challenges to Democratization in a Global World*. Porto: Afrontamento, 2004. 4. “A Raiz e o Fruto na Análise da Política Externa dos Estados: uma Perspectiva Ecléctica”, in *Relações Internacionais*, n° 16, IPRI-UNL, 2007, pp. 129-144.

5. “Teorias das Relações Internacionais” in SOUSA, Fernando (Coord.) *Dicionário das Relações Internacionais*. Porto: Afrontamento, 2008.

6. *Portugal e a Europa: Factores de Afastamento e Aproximação da Política Externa Portuguesa (1970-1978)*. Porto: CEPESE, 2012.

7. “A (re)invenção das Relações Internacionais na viragem do século: o desafio do construtivismo.” in *Relações Internacionais* n° 36, IPRI-UNL, 2012, pp. 105-118.

8. “A Questão Europeia no Marcelismo: o Debate Geracional” in *População e Sociedade*, n°21, CEPESE, 2013.

9. “Continuidade e mudança na Política Externa dos Estados Unidos: Contexto, Liderança e Imprevisibilidade” in *CEPESE Working Papers* 2013. 10. (com Fernando Sousa) *Dicionário das Relações Internacionais*. Porto: Afrontamento, (no prelo).

<sup>1</sup> Como é tradicional utilizaremos RI em maiúsculas para nos referirmos à disciplina e ri em minúsculas para nos referirmos aos fenómenos empíricos.

## **1. Contexto histórico do nascimento e formação da disciplina: a política das RI e a ciência das RI.**

As Relações internacionais (RI) como disciplina científica autónoma surgiram no início do século XX, nomeadamente no Reino Unido e nos EUA. Na realidade, apesar de desde 1859 se ter criado a Chichele Chair of International Law and Diplomacy em Oxford, onde já se analisavam os fenómenos internacionais, e da Associação Americana de Ciência Política se ter fundado em 1904, só em 1919 é que é criado o primeiro departamento e cátedra em Relações Internacionais na Universidade de Gales em Aberystwyth. Paralelamente em Londres e Nova York são criadas instituições privadas para promoverem e facilitarem “the scientific study of international questions” respectivamente o Royal Institute of International Affairs (Catham House) e o Council of Foreign Relations<sup>2</sup>. Seguidamente, em Genebra (IHEI), e em Londres (LSE) surgem os primeiros centros de investigação e ensino de RI, mas será nos EUA inicialmente nas Universidades de USC (SIR) Columbia, Georgetown, e de Chicago, a que rapidamente se seguiram todas as grandes universidades americanas, com particular destaque para as Universidades de Harvard, Stanford, John Hopkins, Yale, Michigan e Princeton, onde se começaram a desenvolver seriamente o estudo das RI. Isto significou que a partir da nova ordem internacional do pós-guerra se assistiu, em simultâneo, ao desenvolvimento da hegemonia política e científica dos EUA. Na verdade, é sobretudo nos EUA que as RI ganham os contornos de disciplina científica académica autónoma, ainda que assumida, sobretudo, como uma disciplina integrada nos departamentos de Ciência Política.

Deste modo, com a consolidação do ensino e investigação dos Estudos Políticos e de Governo no excepcional ambiente académico e político norte-americano do pós-guerra, aliado à necessidade de produzir conhecimento útil para a definição da sua Política Externa, os EUA tornaram as RI um campo de estudo central. Como bem constatou Stanley Hofman (1977) as RI foram, essencialmente, uma “ciência social americana”. Foi aqui que a disciplina de RI ganhou a sua maioridade e foram as universidades e revistas dos EUA os palcos principais por onde

---

<sup>2</sup> Fundados respectivamente em 1920 e 1921, são ainda hoje dois dos mais influentes Think Tanks mundiais e os patrocinadores de duas importantes revistas académicas e policy-oriented, a *International Affairs* e a *Foreign Affairs*.

passaram os grandes debates que construíram a identidade da disciplina (idealismo/realismo; tradicionalismo/cientismo; pluralismo-marxismo/neo-liberalismo/neo-realismo; teorias dominantes/críticas/normativas-positivismo/pós-positivismo; racionalismo/construtivismo).

Com a exceção do Reino Unido e da sua Escola, do francês Raymond Aron, e de alguns outros autores importantes - canadianos, nórdicos, ou australianos - as RI foram até ao final do século XX completamente dominadas pelos académicos norte-americanos. Por isso Holsti (1985), Ole Wever (1998) Steve Smith (2000) e Jorg Friedrichs (2004) chamaram a atenção para uma disciplina dividida, basicamente entre os americanos e os outros. Deste modo, as RI foram essencialmente uma ciência inventada e dominada pela escola americana com importantes contribuições de académicos europeus *emigres*, e da Escola Inglesa. Em síntese as RI foram, e continuam a ser, fortemente dominadas pelo mundo académico e político anglo-saxónico. No top das escolas e das revistas de RI bem como dos mais influentes académicos em RI, ainda hoje, naturalmente, as estelas mais cintilantes são norte-americanas.<sup>3</sup>

E então na europa continental não existem RI? Claro que sim. Na europa continental sempre existiram importantes centros académicos e de pensamento político que não deixarem de estudar as ri. Todavia, as abordagens continentais às ri sempre se fizeram por intermédio de outras disciplinas, nomeadamente a História ou a Sociologia, sem uma grande preocupação com a sua autonomia, pois as RI eram assumidas como uma campo de estudo multidisciplinar não autónomo. Podemos, todavia, dizer que sempre existiu uma escola francesa de Relações Internacionais,

---

<sup>3</sup> Top ten no primeiro ciclo: Harvard, Princeton, Stanford, Columbia, Georgetown, Yale, Chicago, Dartmouth, George Washington, American. No segundo ciclo: Georgetown, John Hopkins, Harvard, Princeton, Tufts, Columbia, George Washington, American, LSE, Chicago. No terceiro ciclo: Harvard, Princeton, Stanford, Columbia, Yale, Chicago, UCSD, C Berkley, Michigan, MIT. Nas revistas, no top ten temos sete revistas americanas duas inglesas e uma europeia (muitas vezes a par com as nórdicas). O que reflete bem a importância relativa das respectivas comunidades académicas. Todavia, importa referir que a revista europeia (EJIR) é aquela que mais e melhor se afirmou em termos relativos, o que demonstra a importância e a afirmação das RI na Europa. Apesar da variabilidade relativa todos os estudos - combinando o impacto de citação com o impacto reputacional - demonstram que sistematicamente nos primeiros lugares estão a IO, a WP, a ISQ, a IS, a mais abrangente APSR, a JCR, a ISR, seguidas da europeia EJIR, e das inglesas RIS e Millennium, às quais temos de acrescentar a nórdica JPR que, em rigor, está muitas vezes acima das inglesas ao nível do factor de impacto. Se aumentarmos para um top 20 a diferença esbate-se. Se considerarmos a emergência e afirmação de novas revistas, então a Europa, juntamente com outros continentes, conseguem equilibrar e até ultrapassar os EUA. O que, mais uma vez, confirma duas tendências; o domínio tradicional dos EUA, e a emergência global das RI, nomeadamente a sua crescente afirmação na Europa continental. Giles; et al. (2007), Breuning, et al (2005), Jordan, R., et al (2009), Maliniak, Daniel, et al (2012).

com particular destaque para a sua escola histórica (Renouvin, Duroselle) que conjuga uma forte influência comparativa-conceptual *longue dure* da Ecole des Annales<sup>4</sup> com a tradição *evenentiale* da história diplomática. Posteriormente foi surgindo uma abordagem mais sociológica que defendia uma perspectiva teórica-problemática (Merle 1982, 1985, 1986) e a possibilidade de conciliar os conceitos da escola americana com os desenvolvimentos da sociologia política francesa. Esta ideia, embora sempre com resistências e especificidades *enciclopédicas*, foi-se afirmando até aos dias de hoje (Badie, Smouths). Para além da França existe uma comunidade académica de língua francesa - a começar pela Suíça, passando pela Bélgica e chegando ao Quebec - que se dedicaram as RI, mas quase sempre numa perspectiva dos estudos internacionais e de interligação multidisciplinar com as Sciences Politiques continentais<sup>5</sup> - História, Sociologia, Filosofia, Direito, Economia - que, com a honrosa exceção de Aron, nunca foi verdadeiramente reconhecida como fazendo parte da comunidade académica específica das RI pelo mundo anglo-saxónico dominante. Esta perspetiva continental é, aliás, muito presente na fundação da disciplina em Portugal.

Existem, todavia, outras importantes escolas continentais, entre as quais se destaca a escola Nórdica. Podemos dizer que a escola Nórdica é a única que tem uma identidade reconhecida internacionalmente, mesmo pelo centro anglo-americano da disciplina. Esta característica não pode ser desligada do tempo e do modo como as RI foram instituídas na Escandinávia. Com efeito, aqui a disciplina das RI, e em especial o campo da “peace reserch”, estabeleceram-se mais cedo do que na maioria da restante Europa continental. Esta escola é constituída por uma rede de cooperação regional (Nordic Political Science Association/Nordic International Studies Association) com três centros principais, a Suécia, a Dinamarca e a Noruega. A sua origem remonta a meados da década de cinquenta inícios da década de sessenta.

---

<sup>4</sup> Aqui a obra de Braudel, nomeadamente os seus quatro eixos principais de investigação das *estruturas históricas* – tempo, espaço, ordens sociais e hierarquia - originou um trabalho pioneiro sobre a compreensão das civilizações e evolução histórica das sociedades e do capitalismo rumo à globalização económica. Esta abordagem foi marcante na escola francesa das ciências humanas e sociais, à qual também as RI francesas não ficaram imunes. As famosas “forças profundas” de que nos fala Renouvin são um dos melhores exemplos desta influência.

<sup>5</sup> É possível identificar o início da institucionalização das Sciences Politiques em França no ano de 1871 com a criação da Ecole libre des sciences politiques. Na Bélgica é no ano de 1892 que se funda a Ecole des Sciences Politiques et Sociales na Universidade Católica de Louvain. Todavia, a profissionalização do estudo da Ciência Política surge mais tarde com a Associação Francesa de ciência política em 1949, e as primeiras obras marcantes de RI aparecem só na década de sessenta, nomeadamente, *Paix et guerre* de Aron em 1962 e *Introduction à l’histoire des relations internationales* de Renouvin e Duroselle em 1964.

O seu primeiro grande marco institucional, liderado por Galtung, surge em Oslo e dará origem, em 1959, ao *Peace Research Institute* e, cinco anos depois, ao *Journal of Peace Research*. O outro grande marco situa-se em Copenhaga e está associado ao trabalho pioneiro de Buzan (também ligado à recente geração da escola inglesa) sobre a segurança e a outros importantes autores como Ole Waever e Jaap de Wilde, todos com ligações ao Copenhagen Peace Research Institute fundado em 1985 e integrado no Danish Institute of International Studies em 2003. Existem, ainda, vários outros centros relevantes das RI nórdicas de onde podemos destacar a Lund University, o ARENA (Center for European Studies da U Oslo), o Norwegian Institute of International Affairs, ou a Upsala University a que está ligado o importante académico Walter Carlsnaes, editor fundador do EJIR e co-editor do *Handbook of International Relations*.

A escola nórdica desde sempre teve importantes ligações com a escola americana e inglesa, e muitos dos seus autores pioneiros, como os irmãos Holsti que - embora de origem finlandesa - fizeram a sua carreira nos EUA e Canada, sendo considerados, por direito próprio, respeitáveis académicos norte-americanos. De facto, as RI nórdicas são uma interessante fusão entre o mundo anglo-saxónico e uma abordagem fenomenológica geo-cultural particular. Por outro lado, nos países nórdicos as RI sempre foram assumidas como uma disciplina autónoma importante e com uma forte componente internacional. Por isso existem importantes centros universitários nestes países e são publicadas revistas que têm uma relevante circulação internacional, nomeadamente ligadas aos estudos da paz e da segurança. (JPR, CC, SD). A escola nórdica é um bom exemplo – diríamos um exemplo a seguir - de como através da cooperação regional se pode de forma simultânea e interligada desenvolver nacional e internacionalmente uma identidade teórica e institucional com impacto global na disciplina das RI.

Existe, naturalmente, o importantíssimo mundo académico germânico que, mais uma vez, pelas circunstâncias históricas conhecidas não assumiu no sec. XX, sobretudo nos anos fundacionais e formativos da disciplina (1919-1980), nenhum particular destaque.<sup>6</sup> Na verdade, como bem capturou um dos decanos das RI Alemãs,

---

<sup>6</sup> Embora autores alemães consigam ver na Alemanha várias fontes originais do nascimento da disciplina na Europa, como a Sociedade Alemã para a Paz (1892), o Instituto Colonial de Hamburgo (1908) ou o Institut für Auswärtige Politik em Hamburgo (1923). Em rigor, excetuando a experiência britânica já mencionada, podemos considerar que o marco fundacional da disciplina na sua visão europeia continental foi em 1939 em Praga, onde numa conferência se tentou discutir os princípios de

a disciplina na Alemanha era, em geral, subdesenvolvida, pois não estava em linha com os debates teóricos e os respectivos padrões de referência científica da disciplina ao nível internacional - leia-se mundo anglo-saxónico, (Czempiel, 1986). Afirmção que, ainda com mais propriedade, também poderia ser feita relativamente às RI em Portugal.

Contudo, com o fim da guerra-fria e a reunificação, a Alemanha passou a ser um importante e atrativo centro de estudo das RI, com as suas tradicionais universidades a não serem imunes à globalização da importância da disciplina das RI e a desempenharem um importante papel na *redescoberta continental das RI*, bem como, na reinvenção construtivista da disciplina. Autores importantes de origem alemã como Kratochwil, Risse-Kappen, Thomas Diez, Rittenberg, ou Michael Zürn têm marcado a agenda teórica das RI contemporâneas e, ainda mais importante, tem contribuído para a erosão da hegemónica divisão transatlântica da disciplina, nomeadamente com uma forte participação no *European Journal of International Relations*, o melhor e mais paradigmático marco da afirmação europeia da disciplina.

E em Portugal, o que são as RI?

Em Portugal, novamente por razões históricas, de cultura política e académico-institucional conhecidas por todos, as RI passaram ao lado de todo o movimento inicial e formativo da disciplina. Portanto, até à década de setenta, com a exceção pioneira do trabalho de Adriano Moreira, eram praticamente inexistentes os trabalhos, centros de investigação e ensino de RI numa óptica disciplinar autónoma. Com efeito, apesar da experiência do ISEU/ISCSPU<sup>7</sup> (atual ISCSP), é só no regime democrático e numa nova universidade, em Braga, (UM), que vai ter lugar, em 1978, o nascimento institucional da primeira licenciatura em RI – ainda que em 1975 tivesse já arrancado um bacharelato. A partir daqui o ensino das RI não parou de crescer.

Num esforço de síntese podemos considerar três ciclos principais no estudo e ensino das RI em Portugal. O primeiro é o ciclo fundacional, a infância da disciplina,

---

uma disciplina das RI. Quanto às RI Alemãs, podemos situar o início da sua institucionalização em meados década de sessenta. Todavia, o surgimento afirmativo da disciplina dá-se na década de noventa, nomeadamente com a fundação, em 1994, do ZIB (Jornal de Relações Internacionais), que patrocinou importantes debates sobre a disciplina, designadamente em torno da sua ligação à crítica habermasiana, da sua relação com o institucionalismo racionalista e da sua relação com o construtivismo, e dos quais que resultaram importantes sínteses pós-críticas e institucionalistas/construtivistas na produção científica das RI Alemãs. Jørgensen, Knud, Knudsen Tonny eds. (2006).

<sup>7</sup> Em 1962 é criada no ISCSPU a licenciatura de Política Ultramarina e Ciências Sociais que poderá ser considerada a primeira tentativa, académico-institucional, de abordar temas de RI.

onde apenas existiam duas instituições universitárias com estudos superiores em RI, a UM e o ISCSP em 1982. Depois temos o ciclo do crescimento, a idade da adolescência, onde as RI foram seguramente dos cursos superiores com mais alunos em Portugal,<sup>8</sup> e onde as universidades privadas tiveram um papel central, nomeadamente a Universidade Lusíada (Lisboa Porto).<sup>9</sup> Finalmente tivemos um terceiro ciclo onde as principais Universidades Portuguesas - com a exceção da UP – reconheceram a importância das RI e decidiram começar a desenvolver o ensino e a investigação em RI.<sup>10</sup> Mesmo aproveitando as sinergias de áreas afins já relativamente solidificadas, a verdade é que como acontecera com o início do ensino das RI nos ciclos anteriores, também aqui as RI foram sempre ensinadas mais na óptica dos estudos internacionais do que propriamente na óptica das RI como ciência social autónoma.

Todavia, o melhor e mais institucionalizado ambiente académico e de investigação nestas universidades originou que, de forma gradual, o ensino das RI passa-se a ser mais especializado e internacionalizado. Aqui a UC e a UNL surgem como dois casos especialmente bem conseguidos que, a somar ao da UM, demonstram a vitalidade do ensino e da investigação das RI em Portugal e auguram boas perspectivas para o seu desenvolvimento e afirmação. O melhor exemplo institucional desta afirmação foi o surgimento do Instituto Português das Relações Internacionais (IPRI), em 2003, e do seu patrocínio na publicação do periódico académico *Relações Internacionais*, a revista de referência em Portugal<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> Os dados relativos ao ano letivo de 1994/95 são claros. Na área dos Estudos Políticos em Portugal existiam 2 licenciaturas em Ciência Política com 337 alunos; Em Ciências da Administração Pública existiam 2 licenciaturas com 958 alunos; em Relações Internacionais existiam 8 licenciaturas com 4426 alunos. Se considerarmos os alunos matriculados no seu conjunto, bacharelato, licenciatura e pós-graduação, o número sobe para os 4.741 alunos, o que representou cerca de 2% do total de alunos do ensino superior. Se considerarmos apenas as Ciências Sociais este número chegou aos dois dígitos.

<sup>9</sup> A Universidade Lusíada foi a terceira Universidade em Portugal a criar uma licenciatura em Relações Internacionais, nomeadamente em 1986 em Lisboa e em 1989 no Porto. A Universidade Lusíada, a UM e o ISCSP são as instituições que mais alunos graduaram em Relações Internacionais em Portugal.

<sup>10</sup> É na transição entre os segundo e o terceiro ciclos que é fundada, em 1998, a Associação Portuguesa de Ciência Política.

<sup>11</sup> A *Relações Internacionais* é hoje a revista de referência da disciplina em Portugal, substituindo e atualizando o papel desempenhado pela desaparecida *Política Internacional*. Existiram, ainda outras revistas importantes ligadas às RI como a *Estratégia*, ou mais ligadas à Teoria e Ciência Política, como a *Risco* e a *Revista de Ciência Política*, que também tratavam de temas de RI. Depois existe a *Nação e Defesa*, a revista do IDN, que é a publicação mais antiga que trata de temas de RI e a mais recente *Negócios Estrangeiros*, publicação do ID do MNE. Existem ainda as duas publicações mais importantes na área das ciências sociais em Portugal, a *Análise Social* do ICS e a *Revista Crítica de Ciências Sociais* do CES que, esporadicamente, publicam trabalhos de RI, bem como, no mesmo registo, a *População e Sociedade* do CEPES. Existem ainda as mais recentes *Portuguese Journal of*

Todavia, não podemos esquecer que à semelhança de outras escolas continentais, nomeadamente da Europa do Sul, Portugal ainda não tem uma escola consolidada de RI. Mais, se ainda assim, Espanha, Itália e Grécia já começaram a refletir criticamente sobre o estado da arte das suas RI, com particular destaque para a Itália, Portugal ainda está a dar os primeiros passos na avaliação do estado da arte e na caracterização da trajetória e progresso da disciplina das RI.

De facto, e invariavelmente, também aqui Portugal tem algumas características identitárias invulgares. Em primeiro lugar podemos dizer que as Relações Internacionais Portuguesas (RIP) foram na sua origem fortemente influenciadas pela perspectiva continental das ri, ou seja, pela a assunção de uma abordagem multidisciplinar dos estudos internacionais. Depois, numa segunda fase, existiu uma gradual influência inglesa que veio mitigar a ideia da não autonomia das RI sem, contudo, conseguir apagar a forte influência continental.

As RIP foram-se então desenvolvendo institucionalmente dentro de um equilíbrio instável que se traduziu na tentativa de conjugar factores exógenos com factores endógenos. Ou seja, as RIP encontraram-se sitiadas por um triângulo académico-institucional de influências teórico-paradigmáticas externas (abordagem continental; abordagem inglesa e abordagem norte-americana) que se deveria conjugar com um outro triângulo político-institucional de influências histórico-culturais internas (democratização/modernização, Política externa eclética-atlântica/europeia/universalista - e atraso estrutural do estudo da Ciência Política/RI).

Isto significa que apesar dos desenvolvimentos assinaláveis das RI em Portugal nos últimos anos, continuam a persistir duas características relativamente incapacitantes da afirmação de uma escola das RI em Portugal. A primeira é institucional, apesar dos primeiros passos já iniciados, ainda não existe uma rede institucional que promova convenientemente a multiplicação de massa crítica em RI, nomeadamente sobre as ri portuguesas. A segunda, ainda mais crucial, é a ausência de um programa de investigação teórico sobre as RIP, aquilo que provocatoriamente designamos por “a insustentável leveza de ser da teoria das relações internacionais em Portugal” (Pedro Mendes: 2012 a). Na verdade, apesar da existência de uma crescente tendência para a internacionalização, nomeadamente no Reino Unido, em Portugal, ao contrário do caso nórdico, ainda não foi possível conciliar a internacionalização com a

nacionalização de um discurso teórico português. Ou seja, com o desenvolvimento de um pensamento original sobre a teoria e a prática das Relações Internacionais portuguesas.

Esta foi muito sinteticamente a história da fundação institucional da disciplina, nomeadamente dos primeiros centros universitários idealistas do período entre guerras e do posterior desenvolvimento realista onde na verdade, sobretudo após a conferência patrocinada pela Rockefeller Foundation em 1954 (Guilhot 2001), a disciplina ganhou as suas fronteiras e campo de estudo básicas. Ou seja, com o Realismo as RI passaram a ser o campo da Ciência Política que estudava o fenómeno do poder no sistema internacional que, ao contrário dos sistemas nacionais, era anárquico.

## **2. Teorias Principais das Relações Internacionais: contexto, funções e debates**

Existe, todavia, uma pré-história da disciplina que está ligada ao período anterior à autonomia e profissionalização da disciplina. Deste modo, sempre existiram análises históricas, filosóficas, jurídicas ou económicas sobre as relações internacionais (ri). Isto significa que mesmo com a progressiva autonomia e profissionalização da disciplina, e conseqüente produção de teorias e conceitos próprios, as RI são ainda hoje muito influenciadas por ideias e teorias clássicas sobre os Estudos Políticos que se disseminam por disciplinas mais antigas como são os casos mais óbvios da História, da Sociologia, da Teoria Política, da Economia Política, da Teoria Social e da Psicologia Política.

Outra importante influência na construção da disciplina tem sido precisamente o contexto histórico das relações internacionais, as suas continuidades e descontinuidades, especialmente os seus principais momentos de viragem.

Neste quadro, as Relações Internacionais, como todas as Ciências Sociais e Humanas, e as outras, têm uma forte ligação ao *zeitgeist* em que os seus cientistas - os fundamentais autores das teorias - vivem. Deste modo, da mesma forma que é hoje pacífico assumir que é muito difícil, se não impossível, fazer ciência *value-free* sempre que as unidades de análise são compostas e construídas por seres humanos, é para nós claro que as RI e as suas teorias têm uma especial ligação compreensiva com a história das ri. Isto significa que é impossível compreender as principais teorias das

RI sem uma interpretação histórica das contingências políticas, económicas e ideacionais que as envolveram e marcaram.

Por exemplo, não podemos compreender o surgimento idealista das Relações Internacionais sem o seu relacionamento com as condicionalidades históricas da I guerra mundial e, sobretudo, sem percebermos a importância do ambiente ideacional após a I guerra nomeadamente com o Wilsonionismo liberal-internacionalista americano e com a consequente convicção de muitos académicos e políticos da altura de que era necessário construir uma ordem internacional que evitasse a possibilidade de guerras mundiais.

Por outro lado, a incapacidade de construir esta nova ordem internacional com base nos 14 pontos do Presidente Wilson<sup>12</sup> e os posteriores desenvolvimentos históricos, nomeadamente o falhanço da SDN, o surgimento da segunda guerra mundial e finalmente o início da guerra fria, foram os acontecimentos históricos que vieram confirmar a crítica do utopismo da *organização internacional* dos idealistas e a necessidade de uma teoria realista das relações internacionais. Foi este ambiente histórico que permitiu o desenvolvimento e solidificação da teoria realista das relações internacionais, na altura vista por muitos académicos, a começar por Morgenthau, como a teorização sistemática sobre os princípios essenciais do funcionamento das relações internacionais.

Depois, o desenvolvimento da complexidade das relações internacionais, nomeadamente das instituições e organizações internacionais, interligado com os movimentos behavioristas e fenomenológico-comparativos, permitiu o surgimento de várias ilhas teóricas que começaram a desenvolver críticas ao empirismo intuitivo do realismo e a desenvolver caminhos teóricos alternativos, como o funcionalismo, que culminaram na solidificação do Institucionalismo-neo-liberal como a teoria concorrente principal ao Realismo. Esta crítica ao Realismo Clássico, deu origem a uma resposta paralela e importante do Realismo, que ficou conhecida como o Realismo Estrutural, ou Neo-realismo, e que prolongou um importante debate teórico

---

<sup>12</sup> Wilson foi uma figura marcante neste período e o primeiro académico político com grande influência quer na teoria quer na prática das RI. Wilson foi o único presidente americano (1913-1921) com um Phd (História e Ciência Política Jon Hospkins 1886). Foi professor em Cornell (1887) e em Nova York e finalmente professor (1890) e presidente de Princeton (1902). Foi ainda Presidente da Associação Americana de Ciência Política em 1910. É comum falar da sua incapacidade de impor a sua agenda liberal-internacionalista, todavia, mais uma vez, não devemos esquecer as circunstâncias históricas, neste caso particulares do Presidente Wilson. Ou seja, nos momentos-chaves da sua luta política - interna e externa - Wilson teve um ataque cardíaco (2 de Outubro de 1919) que o paralisou e praticamente o impossibilitou de governar normalmente.

entre Neo-liberais e Neo-realistas entre finais da década de setenta e durante toda a década de oitenta. Paralelamente à descoberta da interdependência complexa e dos factores estruturais do sistema internacional numa perspectiva racionalista, foi-se também descobrindo os factores estruturais numa perspectiva crítica neo-marxista. Assim, surgiu uma teoria da dependência que explicava vários aspectos da desigualdade entre o norte e o sul, designadamente entre os países do centro e da periferia do sistema capitalista mundial (Wallerstein). Ou ainda a violência estrutural de Galtung que deu um importante contributo aos estudos da paz (críticos).

Em meados da década oitenta também nas RI se começa a assumir a crise das grandes narrativas (Lyotard) e a assunção de uma concepção de poder pós-estruturalista derivada dos trabalhos de Foucault. Esta concepção enfatiza a relação entre o poder e o conhecimento e demonstra que mais relevante do que explicar a concentração do poder num centro localizado tradicional (estado/governo) importa perceber as técnicas e práticas de poder na sua localização diversa e dispersa pela sociedade. A partir daqui surgem importantes movimentos pós-modernos e pós-estruturalistas nas RI que terão importantes consequências nas abordagens pós-positivistas. Assiste-se também ao desenvolvimento de um importante debate sobre o género e à sua influência nas RI que se traduziu na afirmação de uma abordagem teórica feminista das RI.

Na verdade, sempre existiram um conjunto de teorias mais ou menos neo-marxistas/críticas que, mais do que descreverem e explicarem as RI, tentam desconstruir criticamente os sistemas e estruturas de poder dominantes.

Deste vasto conjunto de teorias críticas, existiu uma teoria não racionalista que conseguiu afirmar-se na década de noventa como uma teoria principal alternativa ao realismo e ao institucionalismo neoliberal. Como é que isto foi possível? Mais uma vez, devido ao contexto histórico da década de noventa e ao rotundo fracasso das teorias dominantes ao não terem sido capazes de preverem e explicarem convenientemente o fim da guerra fria e as consequentes e complexas mudanças nas RI.

Neste sentido, a profunda ligação entre os contextos históricos das RI e o surgimento e desenvolvimento de teorias das RI é o primeiro ponto que temos de assumir para compreendermos melhor os seus conceitos e teorias.

O segundo ponto prende-se com a necessidade de explicar o significado de teorias principais das Relações Internacionais. Como é característico das Ciências

Sociais existem vários tipos e funções de teoria. Em primeiro lugar, e de uma forma didática, temos a distinção geral entre teorias empíricas e teorias normativas. As primeiras preocupam-se essencialmente com a análise e resolução dos *puzzles* das RI existentes; as segundas preocupam-se com a análise e soluções possíveis para as RI desejáveis. Claro que a relação entre o “ser” e o “dever ser” não é tão simples como aparentemente a divisão clássica pretende. O que nos deve remeter para a discussão atual relativamente ao problema de saber se existe uma dicotomia inultrapassável entre “problem-solving theories” e “critical theories” (Cox: 1981), ou se as RI necessitam de desenvolver teorias que, precisamente, se situem num espaço contínuo, e não dicotómico, entre estas duas posições teóricas.

Em segundo lugar, de um ponto de vista mais operativo, e mais uma vez de uma forma simplificada, podemos começar por dizer que existem teorias parciais ou de médio-alcance, que são relativas a uma problemática específica, e depois existem as grandes teorias que são paradigmas teóricos gerais que definem os principais elementos ontológicos, epistemológicos e metodológicos de uma determinada disciplina, estas grandes teorias são também designadas por paradigmas, visões, ou tradições de investigação em RI.

Em terceiro lugar, as teorias das Relações Internacionais podem dividir-se entre as teorias mais racionalistas que tentam oferecer *explicações* relativamente causais sobre as relações internacionais e as teorias mais reflexivas que tentam demonstrar as relações *constitutivas* da realidade das relações internacionais. Ou seja, e em síntese pedagógica, por um lado temos as teorias explicativas-racionalistas, por outro as teorias constitutivas-reflexivas.<sup>13</sup>

Apesar de existirem várias correntes dentro de cada grande teoria, muitas vezes de difícil conjugação, e de poderem existir outras categorizações sobre as principais teorias em RI - que podem ser mais sintéticas e identificar apenas três

---

<sup>13</sup> Guzzini (2013) adianta uma recente categorização teórica que, no essencial, vem ao encontro da nossa. Para Guzzini existem quatro modos de teorizar em RI: o normativo, o meta-teórico, o ontológico-constitutivo e o empírico. Embora a nossa abordagem enfatiza mais a necessidade eclética e intra-teórica de pensar as RI. Ou seja, apesar de existirem diferentes tipos e funções de teorias, em nossa opinião, não se deve criar falsas divisões entre o pensamento meta-teórico e o pensamento prático. Isto significa que embora reconhecendo a diferente aplicabilidade prática e pedagógica dos vários tipos de teorias em RI e nas Ciências Sociais em geral, não devemos criar castelos, mas pontes entre os vários modos de teorizar. Na verdade, não podemos esquecer que o principal problema é que uma boa teoria *específica* e *prática* deve ter por trás uma boa base de *grande teoria* e de aspectos ontológicos e constitutivos.

(Snyder 2004) ou quatro (Baylis, Smith 2004), ou podem ser mais desenvolvidas e considerar a existência de nove (Reus-Smit, Snidal 2008 e Burchill et.al.2013) ou doze (Dune, Kurki, Smith 2010) teorias principais em RI - podemos considerar que existem atualmente cinco - ou seis - grandes teorias principais nas RI.

## **2.1. O Realismo**

Para os realistas – também designados de realistas estruturais ou neo-realistas em distinção dos iniciais realistas clássicos – as RI são definidas pela anarquia e pela distribuição de poder na estrutura do sistema internacional (Waltz 1979). Os atores fundamentais são aqueles que são detentores do poder, ou seja, os Estados. Num sistema anárquico composto por Estados soberanos os processos de relacionamento entre os atores são definidos pela imposição dos interesses dos estados mais fortes. Ou seja, num sistema anárquico o poder dos Estados - militar, económico, diplomático - é chave e a regra para se conseguir jogar e ganhar nas RI. Para o Realismo, devido à ausência de um governo internacional, os Estados estão sempre numa luta constante pelo poder. Esta busca pelo poder começa, em primeira instância, pela própria sobrevivência dos Estados. Para os Realistas a manutenção da independência territorial está permanentemente ameaçada, uma vez que a imposição do poder coercivo máximo, a guerra e a invasão territorial, são sempre uma possibilidade iminente.

Os Realistas tendem a ter uma visão antropológica pessimista sobre as possibilidades de se estabelecerem relações de cooperação entre as unidades do sistema que não derivem do poder e dos interesses egoístas dos Estados. Basicamente defendem que as RI assentam em quatro pressupostos principais (Mearsheimer1994).

O primeiro é que o objectivo primordial dos Estados, e que determina todos os outros, é a manutenção do Estado. O segundo é que os Estados são racionais nas suas decisões. O que significa que para preservarem a sua sobrevivência os Estados decidirão da melhor forma possível, e através de todos os meios necessários, a defesa dos seus interesses nacionais. Terceiro, para os Realistas todos os Estados têm, de alguma forma, capacidades militares e portanto possibilidades de iniciar um ataque internacional. Ora, uma vez que nenhum Estado tem a certeza absoluta sobre as ações e comportamentos dos outros Estados, existe uma permanente incerteza de segurança e perigo de ocorrência de guerra; o que provoca um estrutural dilema de segurança entre os atores do sistema internacional. Quarto, neste sistema anárquico e inseguro as

principais opções de segurança derivam de um sistema de autoajuda individual dos Estados. Isto significa que devido à ausência de um governo hierárquico mundial e à consequente impossibilidade de segurança colectiva, são os Estados mais poderosos que, através de alianças e de sistemas de balança de poder, asseguram a estabilidade da ordem internacional. Deste modo, de acordo com os Realistas as RI são fundamentalmente um jogo político entre as Grandes Potências, pois são estas que são os jogadores dominantes, e que definem as regras do jogo.

Dentro da teoria Realista podemos considerar a existência de várias correntes, a saber:

O Realismo Clássico (RC), fundado por Carr, Morgenthau e Niehbur, crítica a visão optimista e idealista da política e da natureza humana. O RC defende que as RI são um busca permanente pelo poder e que o desejo de poder conduz ao conflito. Na opinião dos realistas clássicos a política é governada por leis objectivas que têm a sua origem na natureza humana.

O Neorealismo/realismo estrutural (NR) fundado por K. Waltz (1979) rejeita a natureza humana como uma fonte de explicação principal em RI. O NR é uma tentativa conseguida de ultrapassar a abordagem tradicional do RC e desenvolver um modelo explicativo mais rigoroso e neo-económico dos constrangimentos estruturais do sistema competitivo e anárquico das RI.

O Realismo Neoclássico (RN) resulta de uma síntese de elementos teóricos do RC e do NR. A sua grande inovação é a de também considerarem os factores internos como importantes elementos explicativos. Deste modo, o RN não defende uma dicotomia ente política interna e política externa como no RC, ou que sejam apenas os factores internacionais (estruturais), como no NR, os elementos explicativos decisivos em RI.

Finalmente existe uma distinção recente entre o Realismo Ofensivo (RO) e o Realismo Defensivo (RD). Esta divisão ganhou particular importância no contexto do mundo unipolar pós-guerra-fria e na ilusão/assunção da primazia indiscutível do poder hegemónico norte-americano e no consequente questionamento sobre como gerir esse poder unipolar, nomeadamente na gestão das crises internacionais que afectam os EUA. O RO assume que Estados buscam maximizar seu poder e que, nomeadamente os Estados hegemónicos, devem fazê-lo pela prossecução de políticas expansionistas e da imposição do seu poder e interesses aos estados mais fracos e inimigos. Contrariamente, o RD defende que mesmos os Estados mais poderosos devem ter uma política relativamente conservadora, evitar políticas agressivas e

expansionistas, e concentrarem os seus esforços na estabilização do sistema através de equilíbrios e alianças de poder.

## **2.2. O Institucionalismo (neo-liberalismo)**

O Institucionalismo, também designado por Institucionalismo Liberal ou Neo-liberalismo, embora tenha desenvolvido o seu percurso teórico em concorrência com o Realismo, partilha várias das premissões teóricas racionalistas do Realismo relativamente ao sistema internacional. Ou seja, a existência de uma anarquia internacional; a assunção que os Estados são atores racionais com interesses próprios, nomeadamente de sobrevivência e de aumento da sua riqueza material; e que a incerteza é um princípio básico que caracteriza as relações internacionais.

Todavia, embora concordem com várias das premissas racionais do Realismo, as conclusões a que os Institucionalistas chegam são totalmente diferentes das dos Realistas. Para os Institucionalistas, apesar da existência da anarquia e da competição egoísta entre atores, a cooperação é possível.

Partindo da teoria microeconómica e da teoria dos jogos, os Institucionalistas sublinham que a cooperação entre atores pode ser um comportamento racional e a melhor estratégia para a defesa dos interesses dos Estados. Na realidade, para os Institucionalistas, de acordo com determinadas circunstâncias, o comportamento cooperativo de atores com interesses próprios pode ser o mais natural e racional comportamento, precisamente, para maximizarem os seus interesses (Keohane 1972, 1977, 1993, 2003).

Deste modo, os Institucionalistas argumentam que através das instituições - definidas como um conjunto de regras, normas, práticas e procedimentos decisórios que influenciam e formatam as expectativas dos atores - é possível ultrapassar a incerteza e os obstáculos daí decorrentes que, normalmente, impossibilitam a cooperação.

Mas, então, como é que as instituições promovem a cooperação?

Primeiro, porque as instituições estendem o horizonte temporal das interações entre os atores, criando um jogo reiterado de movimentos, jogadas e encontros, ao invés de uma rodada de jogadas única. Devido a existência de um quadro institucional de negociação relativamente permanente, os atores sabem que mesmo que num determinado encontro tenham perdas relativas, podem sempre ter a expectativa de que no próximo encontro conseguirão recuperar e obter melhores resultados. Por outro

lado, enquanto que num quadro negocial único a tendência é maximizar os lucros e minimizar as perdas, mesmo que para tal se tente tirar vantagens das fraquezas momentâneas do ator concorrente, num quadro de negociação institucional permanente os estados tem consciência que terão que interagir e negociar de forma reiterada com os seus concorrentes, o que lhes dá incentivos a cumprirem com as suas obrigações contratuais de curto prazo para que possam continuar a beneficiar dos lucros da cooperação a longo prazo. Deste modo, as instituições promovem a utilidade e a eficácia dos Estados trabalharem para conseguirem ter uma boa reputação no cumprimento das suas obrigações contratuais e, por outro lado, tornam as sanções mais credíveis.

Em segundo lugar, os Institucionalistas sublinham que as instituições aumentam consideravelmente o conjunto de informações sobre os comportamentos dos Estados. Se nos recordarmos que a incerteza comportamental dos Estados é uma das mais significativas razões para que os Realistas duvidem que a cooperação possa ser sustentável no tempo, então é razoável dar razão à ideia institucionalista que defende que as instituições são bons instrumentos de recolha de informação sobre o comportamento dos Estados e que desenvolvem regras que permitem bons indicadores de avaliação relativamente ao cumprimento ou incumprimento das normas institucionais por parte dos Estados.

Em terceiro lugar, os Institucionalistas constataam que as instituições contribuem para um aumento significativo da eficiência nas relações entre atores. Ao contrário dos custos significativos de uma negociação ad hoc entre Estados, as instituições reduzem o custo das transações e negociações ao providenciarem um fórum centralizado de coordenação onde os Estados se podem encontrar e negociar. As instituições providenciam “focal points” - normas e regras instituídas – que permitem aos Estados de uma forma rápida enquadrar e resolver um determinado problema ou política.

### 2.3. O Liberalismo

O Liberalismo é uma teoria com origem na teoria política idealista-liberal que teve várias ligações, a começar pelo idealismo entre guerras, a várias ilhas teóricas das Relações Internacionais que em determinados momentos se afirmaram contra a teoria dominante do Realismo. Mesmo o Institucionalismo é usualmente considerado como fazendo parte do Liberalismo. Na verdade, o Institucionalismo teve uma importante fase neo-liberal antes de se declarar especificamente como teoria Institucionalista.

Isto significa que o Liberalismo sempre teve dois pilares básicos, um mais normativo, outro mais empírico. O primeiro diz respeito à teoria política iluminista de raiz kantiana e a uma visão do mundo progressista e otimista da natureza humana. O segundo, diz respeito à sua ligação e influência à várias teorias parciais que na APE, na política comparada, nos estudos sobre a integração funcional dos estados, e nos estudos sobre comunidades de segurança e manutenção da paz, sempre tiveram um enfoque explicativo crítico e alternativo ao realismo.

A principal preposição teórica do Liberalismo, que percorre todas as suas variantes, é que as características nacionais individuais dos Estados importam e são decisivas para explicar aspectos importantes das ri. Este enfãse explicativo nas características domésticas dos Estados contrasta completamente com as visões Realista e Institucionalista que, basicamente, defendem que todos os Estados, independente das suas características nacionais particulares, têm, na sua essência, os mesmos objectivos e comportamentos nas relações internacionais. Ou seja, todos os atores são jogadores com interesses nacionais de busca da sobrevivência e de acumulação de poder e riqueza.

Claro que isto não significa que os defensores do Liberalismo pura e simplesmente rejeitem que os Estados buscam a sobrevivência o poder e a riqueza, o que eles enfatizam é que as suas preferências domésticas e as suas características ideacionais, societárias e institucionais internas têm um papel decisivo na explicação do comportamento dos Estados. Neste quadro, o liberalismo tem dado especial atenção ao estudo das preferências e do comportamento de um tipo particular de Estado: o Estado demo-liberal.

Um dos mais importantes desenvolvimentos teóricos do Liberalismo diz respeito ao fenómeno designado por paz democrática (Doyle 1997). Originalmente inspirada na paz perpétua de Kant, a paz democrática significa a ausência de guerra

entre Estados democráticos, no sentido demo-liberal consolidado. Vários estudos quantitativos e qualitativos descreveram este fenómeno. Posteriormente intensificaram-se os estudos quantitativos com recurso a sofisticadas análises estatísticas que vieram demonstrar que, com raras e marginais exceções, o argumento da paz democrática era válido (Brown Lynn-Jones; Miller).

Todavia, a teoria da paz democrática não é linear e, como sempre acontece quando surge uma inovação teórica, novos estudos vieram demonstrar várias incongruências relativas na teoria da paz democrática bem como dificuldades de a considerar uma teoria universal. Com efeito, Edward Mansfield e Jack Snyder conseguiram demonstrar que os Estados no seu processo de democratização são mais propensos a entrarem em guerra do que regimes autocráticos e democracias demo-liberais consolidadas. O que na verdade não invalida o argumento principal da teoria, mas chama a atenção que é preciso qualificar bem o conceito de democracia e o seu processo histórico.

Após o fim da guerra-fria, com a crise relativa dos paradigmas teóricos dominantes (neo-realismo, neo-liberalismo), o liberalismo saiu reforçado e houve um esforço de refundar a teoria. O principal autor da tentativa de desenvolver uma grande teoria liberal nas RI foi Andrew Moravcsik (1997, 2003, 2008). Neste quadro, este professor de Princeton assume, sinteticamente, que os três principais pressupostos teóricos da teoria liberal das RI são os seguintes:

1. A primazia dos atores societários.

Os atores fundamentais nas RI são os indivíduos e os grupos privados que vivem e decidem embebidos em sociedades nacionais e que se movem transnacionalmente.

2. As preferências e a representação dos Estados.

Os Estados - e outras instituições políticas - representam determinados segmentos das sociedades domésticas à volta dos quais se formam interesses. É com base nestes interesses que os decisores e funcionários governamentais vão definir as preferências das decisões e políticas públicas dos Estados.

3. O sistema internacional é caracterizado pela interdependência.

São os constrangimentos e configuração da interdependência do sistema internacional que vão influenciar as preferências nacionais e determinar o comportamento dos Estados e de outros atores nas RI.

Finalmente, numa tentativa de integrar as várias tradições e correntes do liberalismo, Moravcsik defende que existem três variantes da teoria liberal em RI.

O Liberalismo Ideacional que se fundamenta no estudo das ideias, identidades e legitimidade das ordens sociais.

O Liberalismo Comercial que se fundamenta no estudo dos bens e transações económicas transnacionais (o que coloca a interessante questão de saber se, afinal, o institucionalismo é, ou não, parte importante da teoria liberal das RI).

O Liberalismo Republicano que se fundamenta no estudo da representação e definição das políticas públicas, nomeadamente no tipo e natureza da representação política dos Estados e na sua relação com a definição das preferências e interesses que capturam ou dominam as políticas públicas.

#### **2.4. As Teorias Críticas**

As Teorias críticas não são um conjunto de teorias que formam uma teoria principal das RI. Na verdade, existem várias e diferentes Teorias Críticas e apenas por razões pedagógicas e de espaço optamos por as agrupar. Todavia, apesar de formarem um conjunto teórico bem mais complexo e teoricamente menos coeso do que as outras teorias principais, faz sentido num quadro de explicação sintética falar em Teorias Críticas como uma teoria principal das RI.

Com efeito, apesar da sua diversidade relativa, todas estas abordagens partilham um espaço crítico comum, nomeadamente face às relações e estruturas de poder dominante que condicionam as formas de fazer a política e a ciência em RI. Ou seja, todas estas teorias partilham o carácter crítico/normativo/político de quererem transformar/mudar as atuais relações de poder entre os dominados e os dominadores, numa perspectiva emancipatória. Neste sentido, as RI sofreram um importante critical/dissident turn a partir da década de oitenta liderado por Robert Cox e Hayward Alker (1984), e acompanhado por autores importantes como Richard Ashley, Mark Hoffman, Andrew Linklater, e Mark Neufeld.

Tradicionalmente as teorias críticas estão ligadas a abordagens marxistas e neo-marxistas (Gramsci), sendo que a cunhagem da designação Crítica está ligada à escola crítica de Frankfurt e aos trabalhos de Horkheimer e Habermas. Todavia, em RI, podemos dizer que, em primeiro lugar, existe uma corrente que deriva diretamente da escola crítica de Frankfurt, de onde se destaca o teórico Linklater, e que está ligada a um projeto crítico-emancipatório. Depois existem as várias teorias críticas que se centraram nos aspectos mais teórico-metodológicos. Isto significa que são teorias

críticas porque não concordam com o positivismo e com o projeto racionalista moderno/progressista/capitalista que circunscreve o modo dominante de teorizar as RI.

Neste quadro, as teorias críticas desenvolveram uma importante crítica pós-moderna, pós-estruturalista e pós-positivista às teorias dominantes nas RI. Num esforço de síntese podemos dizer que estas abordagens críticas interligam o pós-modernismo com o pós-positivismo, pois ao invés de abordarem a validade de variáveis específicas, atores, processos, níveis de análise, ou metodologias em RI, a maioria dos pós-modernistas desafiam a premissa positivista-modernista de que o mundo social constitui uma realidade objectiva, cognoscível e passível de análise e descrição sistemática.

Por outro lado, existem as abordagens clássicas marxistas e neo-marxistas que sempre tiveram uma abordagem crítica da hegemonia e domínio das relações económicas entre classes e entre os Estados capitalistas industrializados do centro e os da periferia e que produziram as teorias do sistema capitalista mundial e da dependência.

Finalmente podemos considerar um terceiro grupo de teorias críticas que embora com ligações às visões críticas gerais já referidas (Escola de Frankfurt; Pós-modernismo/Pós-positivismo e Marxismo), desenvolveram teorias críticas relativamente mais específicas. Deste modo podemos falar de uma teoria crítica feminista (Tickner, 1992, 1997) de uma teoria crítica dos estudos da paz/segurança; de uma teoria crítica pós-colonial (Vasilaki, 2012), ou de uma teoria crítica verde/ecológica. De um ponto de vista do progresso da disciplina as teorias críticas foram importantes pois abriram novos espaços e ângulos de abordagem e, sobretudo, contestaram a forma seletiva dominante como se problematizavam umas questões e não outras. Em última análise o que distingue e caracteriza todas estas teorias críticas face às teorias principais dominantes reside no *espírito crítico* da afirmação de Robert Cox: “theory is always *for* someone and *for* some purpose” (Cox 1981:128).

## 2.5. O Construtivismo

Apesar das suas origens reflexivistas-críticas, o Construtivismo é hoje uma teoria principal fundamental nas RI. Embora não seja considerada por muitos como uma teoria substancial sobre a paz e a guerra, ou sobre a política internacional *tout court*, o Construtivismo conseguiu demonstrar a importância decisiva dos debates meta-teóricos, nomeadamente da dialética estrutura/agencia, para a análise e explicação das RI.

O Construtivismo é sobretudo uma teoria social de carácter ontológico que se contrapõe às teorias racionalistas dominantes (neo-realismo e neo-liberalismo). O grande argumento do Construtivismo consiste na demonstração de que todas as variáveis relevantes das teorias das RI – poder militar, transações económicas, instituições internacionais, ou preferências domésticas – não são apenas importantes por serem factos materiais objectivos mas, principalmente, por terem determinados significados sociais e singulares interpretações ideacionais intersubjetivas. Deste modo, por exemplo, a anarquia internacional é sobretudo uma construção social e o seu significado resulta do entendimento intersubjetivo dos Estados, e não da sua pura objectividade material (Wendt 1992, 1999).

Os construtivistas argumentam que os aspectos mais importantes das relações internacionais são sociais e ideacionais e não apenas materiais. Para o Construtivismo os factos e a realidade são sempre uma construção social. Deste modo, não é possível afirmar a existência de factos objectivos e exteriores às observações humanas. Isto significa que o mundo político não é uma realidade física e material independente da interpretação humana. Neste sentido, para o Construtivismo o principal foco de análise das relações internacionais devem ser as ideias, a cultura, a identidade e as normas que influenciam e condicionam o comportamento dos atores nas relações internacionais, nomeadamente a análise e explicitação do fenómeno do *entendimento partilhado* relativamente aos problemas, agendas e comportamentos adequados a desenvolver perante o jogo da política internacional.

O Construtivismo foi originalmente inventado por Onuf (1989), e a sua escola construtivista normativa-regulatória tem ainda algumas importantes ligações com a escola crítica de Habermas. Todavia, foi a adopção do Construtivismo por outros autores importantes que trabalhavam já numa abordagem sociológica institucional, crítica do racionalismo-materialista das teorias dominantes, que foram decisivos para a afirmação do Construtivismo como uma teoria das RI (Ruggie 1998, Katzenstein

1996). Finalmente com Wendt (1999) o Construtivismo passou a ser uma teoria principal das RI e a assumir o papel de mediador (Adler 1997) entre o debate que opunha os racionalistas e os reflexivistas (Kheone 1998).

De um ponto de vista mais substancial, podemos dizer que o Construtivismo é uma teoria ideacional das relações internacionais que dá particular destaque às ideais, crenças, identidades e ideologias dos atores internacionais, e à sua inter-relação com o ambiente ideacional que formata e embebe historicamente determinada ordem internacional. Deste modo, o Construtivismo dá especial atenção aos novos atores globais, nomeadamente aos atores transnacionais ligados às ONG ou às redes de advogados transnacionais e às suas capacidades de influenciarem os interesses dos Estados. Cumulativamente, o Construtivismo também dá importância ao papel das normas nas RI, nomeadamente às suas funções regulatórias e constitutivas e à sua influência na construção dos interesses dos Estados, das organizações e dos empreendedores normativos (Keck, Sikkink 1998).

Neste contexto, o Construtivismo desenvolveu um particular interesse pela explicação compreensiva do impacto dos Direitos Humanos e de outras formas de institucionalização das normas na construção do comportamento adequado em RI. Estudos construtivistas importantes vieram demonstrar que ao contrário do que defendem as teorias racionalistas, as instituições não são somente instrumentos dos interesses dos Estados. Deste modo, em determinadas circunstâncias é possível que os líderes e as burocracias das instituições internacionais possam desenvolver interesses próprios que contrariam os interesses dos Estados (Barnett, Finnemore 2004). Pode até ser possível uma articulação singular entre interesses dos Estados, interesses das lideranças e burocracias internacionais, interesses de atores não estatais transnacionais, e interesse de atores de resistência identitária que permitam uma coligação de vontades e a construção de um *interesse internacional* (Pedro Mendes, 2012a).

Finalmente convém referir que, como sempre acontece entre as teorias principais em RI, existem várias correntes dentro do Construtivismo que vão desde o Construtivismo Clássico/Moderno, passando pelo Construtivismo Crítico/Consistente, até as mais recentes variantes como o Construtivismo Realista ou Construtivismo Relacional.

## 2.6. A Escola Inglesa

*Last but not the least*, importa referir a importância da Escola Inglesa na invenção das RI como ciência social. Como já referimos o Reino Unido teve um papel marcante nos anos iniciais da institucionalização da disciplina. A par dos EUA, foi no Reino Unido que as RI melhor e mais rapidamente se institucionalizaram. Todavia, se nos EUA a regra geral foi a de as RI se especializarem com uma disciplina integrada na Ciência Política, com grandes preocupações metodológicas neo-positivistas e com uma forte influência racionalista e neo-económica, no Reino Unido as RI foram-se desenvolvendo de uma forma relativamente mais autónoma e embora com naturais ligações à Ciência Política, a influência mais distintiva das RI no Reino Unido é a sua maior preocupação interpretativa-historicista, o seu pluralismo metodológico e a sua particular ligação à história e à teoria política e, por contraponto, a sua menor preocupação com os modelos neopositivistas de influência behaviorista e económica. Na verdade, a grande diferença das RI nos EUA e no RU pode sintetizar-se na existência dominante de um modelo analítico dedutivo-nomológico e empiricista por parte da escola americana, em contraste com a existência de uma abordagem mais interpretativa e crítica do empiricismo-positivista por parte da EI.

Apesar do retorno e afirmação da EI nos últimos anos, a verdade é que é no mínimo discutível se a EI é exatamente uma teoria principal das RI ou se é sobretudo uma abordagem teórica geo-cultural específica. Esta afirmação pode parecer provocatória e depreciativa da importância da EI mas esse não é o nosso objetivo. Como se comprovará nas linhas seguintes temos uma profunda admiração pela EI, mas isso não nos pode levar a concordar sem reservas com a ideia partilhada por muitos, e bons autores, que a EI é definitivamente uma teoria principal das RI. Isto não significa que a EI não tenha uma abordagem teórica importante e muito influente.

Na verdade, a EI, em sentido lato, é a seguir aos EUA, a maior e mais influente rede de académicos de RI. E também por essa razão tem no *mercado global das ideias* tido a capacidade de impor a ideia que a EI é uma teoria principal das RI.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Este esforço teve o seu corolário no estabelecimento de uma secção sobre a EI na ISA. Nas palavras dos seus promotores, o racional para este secção prende-se com a constatação que: “The English school is widely recognized as one of the main theoretical traditions in the study of IR. The North American component of the worldwide English school community is substantial, and section status within ISA would consolidate its place in the global network.” [www.polis.leeds.ac.uk/assets/files/.../english-school/isasection.pdf](http://www.polis.leeds.ac.uk/assets/files/.../english-school/isasection.pdf) Na verdade, não podemos desligar o esforço dos defensores da EI da sua estratégia de afirmação instrumental para diminuir a hegemonia americana na disciplina. Por outro lado, e paralelamente, tem existido uma estratégia de tentar criar uma aliança entre a EI e as RI

Por razões de espaço e eficácia pedagógica não desenvolveremos aprofundadamente a nossa posição de dúvida metódica sobre se a EI é uma teoria principal das RI, com um programa de investigação próprio e com um conjunto de axiomas paradigmáticos singulares e independentes, e limitamos a nossa justificação a apenas um pequeno conjunto de interrogações que, por serem tão claras, pensamos serem suficiente para pelo menos alimentar a dúvida metódica. Será possível a EI ser uma teoria principal quando no seu seio é relativamente fácil identificar realistas, idealistas, neo-marxistas, críticos, liberais e construtivistas? Ou seja, a EI não é de forma inequívoca um *ismo*, nem um paradigma-teórico das RI, pois ela própria está embebida e interligada a ismos e paradigmas teóricos.

Significa isto um *capitis diminutio* para os argumentos teóricos da EI? Não, pelo contrário. No momento em que se pretende abandonar as guerras paradigmáticas, se põem em causa o radicalismo dos ismos (David Lake 2011) e se propõem um maior ecletismo teórico-paradigmático, a EI surge como um castelo-teórico refúgio ideal onde pode ser possível fugir às batalhas paradigmáticas e praticar uma espécie de ecletismo teórico holístico.

Mas afinal o que é a EI? Bem, no seu sentido mais estrito, a EI diz respeito a um conjunto de teóricos e praticantes que fundaram o British Committee on the Theory of International Politics (BCTIP) em Janeiro de 1959 e que, paralelamente, desenvolveram o seu trabalho pedagógico e científico em torno do Departamento de Relações Internacionais da London School of Economics and Political Science (LSE). De acordo com Dunne (2010) existem dois períodos essenciais da EI. O primeiro é o da sua criação e produção dos seus trabalhos clássicos (1950-1980) e onde predominam Charles Manning, Herbert Butterfield, Martin Wight, Hedley Bull, Adam Watson e RJ Vincent. O segundo, a partir da década de noventa, é o período pós-clássico e os seus autores mais marcantes são Barry Buzan, Andrew Hurrell, Robert Jackson, Edward Keene, Andrew Linklater, Richard Little, James Mayall, Hidemi Suganami, Nicholas J. Wheller. Mais uma vez é claro que questões como: e EH Carr não faz parte da EI? E Linklater não é uma figura marcante das teorias críticas? E Northedge, ou Evan Luard não fazem parte da EI? E os seus críticos que,

---

Continentais para, precisamente, diminuir o desequilíbrio existente entre os dois lados do Atlântico. Como sempre, existem aspetos positivos e negativos nestas estratégias.

em última análise cunharam a abordagem (Roy Jones: 1981)<sup>15</sup> não fazem parte da EI?

Aparentemente não. Por isso podemos dizer que, na realidade, a EI em sentido estrito está ligada a um gupo de importantes teóricos que produziu trabalhos marcantes no seio do BCTIP e da LSE, e que se tornaram trabalhos incontornáveis de uma abordagem clássica, tradicional, interpretativa e normativa da teoria das RI.

Deste modo, a escola inglesa significa, por um lado, o *locus* de formação e de construção de uma cultura académica rica e peculiar, o Reino Unido, designadamente das melhores e mais antigas universidades a estudar os fenómenos políticos – Oxford, Cambridge, LSE – e, por outro, uma abordagem teórica ao estudo das relações internacionais que, embora anglo-sáxónica, é distinta da escola dominante norte-americana e, contudo, também diferente, porque mais evoluída e sofisticada, das escolas europeias continentais que originalmente pensaram o Estado, o poder e as relações internacionais com base na *realpolitik*.

Embora com origem em autores com uma significativa variedade epistemológica e metodológica entre si, *a maneira inglesa* de pensar e investigar as relações internacionais foi sobrevivendo aos seus fundadores e resistindo a americanização progressiva da disciplina. Recentemente temos assistido a um ressurgimento da sua importância e identidade teórica, a tal ponto que, no sec. XXI, não existe nenhum manual de Teorias que não a identifique como uma das teorias principais da disciplina das RI.

Num esforço de síntese, podemos dizer que os conceitos fundamentais para a Escola Inglesa são a *Ordem*, a *Sociedade Internacional*, e a relação entre *normas e anarquia*.

De um ponto de vista teórico-paradigmático, a EI dá particular ênfase à importância da *interpretação histórica* da evolução da sociedade internacional, à sua caracterização e construção *jurídico-normativa* e, finalmente, à interrogação *filosófica* sobre o equilíbrio entre poder nacional e ética cosmopolita nas relações internacionais.

---

<sup>15</sup> Para além de Jones, outros autores britânicos tem revelado dúvidas e críticas sobre a existência de uma abordagem teórico-paradigmática por parte da EI como por exemplo, Ken Booth, Fred Halliday, Korina Kagan, Justin Rosenberg e Martin Shaw. Mesmo autores que se enquadram na EI não esquecem que: “The English School is not not the only theory in play in Britain” (Little 2008: 685) Para uma visão intermédia de uma crítica amigável, mais próxima da nossa posição, veja-se Brown (2000, 2001).

Seguindo a análise proposta por Linklater e Suganami (2006), a EI pode ser definida através de três orientações básicas e inter-relacionadas a saber:

- A sua orientação *estrutural*. Ou seja, a sua preocupação em estudar a estrutura das relações internacionais.
- A sua orientação *funcional*. Ou seja, a sua preocupação em estudar as funções das principais instituições da sociedade internacional.
- A sua orientação *histórica*. Ou seja, a sua preocupação em estudar a evolução histórica das estruturas e instituições das relações internacionais.

De um ponto de vista meta-teórico a EI ocupa um lugar que se pode situar num espaço intermédio entre uma posição racionalista-positivista e uma posição reflexivista-pós-positivista. Atualmente, importantes académicos ingleses sublinham a necessidade da EI desenvolver um esforço para estabelecer uma maior coerência teórica, sobretudo ao nível da sua epistemologia e ontologia (Buzan 2001, 2004). Se tal se vier a confirmar, a EI tem potencial para se afirmar como uma teoria principal e uma verdadeira via média entre as teorias reflexivistas e racionalistas. Os principais argumentos que são apresentados para este potencial de afirmação teórica residem na importância dos conceitos centrais desenvolvidos pela EI.

Em primeiro lugar, a ideia apontada por Martin Wight relativa às três tradições teóricas sobre a interpretação das relações internacionais - maquiavelismo, racionalismo, revolucionarismo - permitem uma abordagem que engloba várias perspectivas sobre as RI, o que acentua o carácter holístico e integrador da EI. Em segundo lugar, apesar do debate entre as correntes *pluralista conservadora* e a *solidarista progressista*, a assunção ontológica da existência de uma *Sociedade Internacional* - e da natureza neo-grociana das relações internacionais - foi, e permanece, uma das ideias mais interessantes e inovadoras de pensar as relações internacionais. Depois, o seu carácter não positivista e contestatário da visão dominante racionalista/positivista americana sempre permitiu à Escola Inglesa desenvolver uma abordagem mais interpretativa e criar pontes de diálogo com as abordagens (realistas) clássicas, normativas, construtivistas e críticas. Todavia, a grande contribuição da EI para o progresso da disciplina foi o desenvolvimento de uma visão teórica capaz de integrar a história e a filosofia numa *teoria política da sociedade internacional*. Esta originalidade levou Brown (2000) a recordar que se as RI são uma ciência social americana, então a *Teoria Política Internacional* é uma ciência social inglesa.

### 3. O estado atual dos debates teóricos na disciplina da RI

O debate atual nas RI parece querer definir um caminho sobre como conseguir integrar os progressos teóricos que as várias teorias principais da disciplina alcançaram, ultrapassado as lógicas de *zero sum game* que muitas vezes as guerras inter-paradigmáticas alimentaram. Na verdade, embora seja útil a existência competitiva de paradigmas, pois torna as disciplinas pluralistas e não monistas, esse processo competitivo e comparativo deve ter em consideração o fim último de qualquer disciplina: acumular mais e melhor conhecimento sobre o seu objeto de estudo.

Neste quadro, embora não seja o fim da teoria e dos seus debates, o caminho da disciplina tem sido o de gradualmente abandonar o *ciclo da contestação* e das guerras entre ismos, e de tentar desenvolver um diálogo teórico maduro entre as várias teorias principais em RI. Neste sentido, vários autores importantes têm adiantado hipóteses para este caminho, desde o abandono dos *ismos* e da sua radicalização teórica (Lake 2011, 2013) à importância de abraçar o ecletismo analítico (Katzenstein; Sil 2008, 2010) e o pluralismo teórico integrador (Dunne, Hansen, Wight, 2013), à necessidade de uma disciplina mais pública (Lawson 2008) e mais relevante na *prática* e discurso políticos (Friedrichs; Kratochwil 2009; Pouliot, 2008), até à tentativa de definir uma filosofia da ciência realista que se centre nos mecanismos causais (Bennet 2013) mas que, ao fazê-lo, leve em consideração as críticas pós-positivistas, sem contudo deixar de articular padrões de aferição do progresso científico na disciplina das RI.

Mas será isto possível? Será possível, e desejável, construir um discurso teórico que ultrapasse as eternas dicotomias entre *explicação* e *compreensão*, *positivismo* e *pós-positivismo*, *problem-solving theories* e *critical theories*, *racionalismo* e *construtivismo*?

Não será novamente uma visão idealista-utópica de, agora no mundo académico, tentar uma *harmonia de interesses* entre teorias com interesses conflitantes? É que convém não esquecer os ensinamentos do fundador da sociologia do conhecimento, Karl Manheim, que já à mais de meio século reconhecia que “every historical, ideological, sociological piece of knowledge (...) is clearly rooted in and carried by the desire for power and recognition of particular social groups who want

to make their interpretation of the world the universal one” (Mannheim 2011, pp. 404–405).

Significa isto, então, que é impossível tentar sínteses ecléticas na disciplina? Impossível não é, mas temos de estar conscientes da dificuldade de conciliar *estilos de pensamento* que, em última análise, não podem ser reconciliáveis numa teoria única e monista do conhecimento (Pedro Mendes, 2001). Na verdade, mesmo o diálogo entre as teorias racionalistas e construtivistas deve partir do reconhecimento das suas diferenças académico-culturais e da consequente assunção de diferentes preferências ontológicas, normativo-científicas e normativo-políticas na disciplina das RI (Pedro Mendes 2012b).

Todavia, várias tentativas de construir um novo e mais inclusivo discurso teórico tem surgido. Por exemplo Andrew Bennet (2013), de uma forma simultaneamente parcimoniosa e inteligente, avança com uma ideia importante que designa de “pluralismo estruturado”. Bennet sublinha que apesar das RI necessitarem de estabelecer quadros de avaliação da acumulação do seu conhecimento teórico, esta avaliação não deve ser sectária. Isto significa que as RI devem criar condições para que os seus académicos possam ter a liberdade de ir buscar as melhores ideias independentemente dos castelos paradigmáticos onde se encontram. Ou seja, a disciplina deve promover um verdadeiro intercâmbio teórico entre as melhores ideias existentes nas diferentes tradições teóricas-paradigmáticas da disciplina, bem como entre as RI e as outras ciências sociais. Este exercício eclético pode ser mais complexo, mas também pode ser mais recompensador. A nossa experiência assim o tem demonstrado (Pedro Mendes, 2007, 2012a, 2012b, 2012c). Ou seja, é indispensável que os académicos de RI apreciem o exercício de acolherem as boas ideias seja qual for o castelo disciplinar e paradigmático onde se situem. Só assim será possível construir um discurso teórico inteligível e comunicativo intra e interdisciplinar sobre o progresso da disciplina.

## **Conclusão**

### **E no final do dia qual a relevância das RI e a sua importância prática?**

A verdade é que as Relações Internacionais são simultaneamente uma teoria e uma prática. Todos os dias milhares de académicos desenvolvem raciocínio teóricos, mais ou menos brilhantes, sobre como explicar ou compreender melhor um fenómeno ou acontecimento das relações internacionais. Na esmagadora maioria dos casos o grande objetivo do teórico de RI é o de publicar o seu trabalho inovador, e este ser reconhecido pelos seus pares como um trabalho importante. Este circuito teórico-académico relativamente fechado é popularmente conhecido como a Torre de Marfim, onde uma elite intelectual propõe as suas descobertas científicas, as quais são louvadas ou contestadas, num contínuo processo de debates teóricos sobre quais as melhores formas de conhecermos, explicarmos e agirmos sobre o mundo (relações internacionais). E aqui reside sempre o problema. O famoso problema da ação e prática política. Pois uma coisa é o papel do cientista: produzir conhecimento. Outro é o papel do político: agir e decidir. Ou como exemplarmente capturou Weber uma coisa é a política como vocação e outra é a ciência como vocação.

Mas as RI não são, como mostra a sua história, uma disciplina que precisamente tenta ser uma policy-science? Ou seja, uma ciência orientada para influenciar e conceber políticas públicas? Foi assim, aliás, que ela nasceu, do intercâmbio entre o desejo e a necessidade de produzir conhecimentos para acabar com a guerra e construir uma ordem internacional pacífica e mais organizada.

É que, como no mundo académico, também no mundo político todos os dias milhões de políticos e funcionários governamentais têm de tomar inúmeras decisões práticas sobre o que está a acontecer ou sobre o que poderá acontecer no mundo. Mas decidir como? A resposta aparentemente óbvia é: com base no conhecimento e na ciência. Mas então se os cientistas sociais das Relações Internacionais têm o propósito de estudar e apresentar o seu conhecimento científico sobre a realidade política, económica e social, porquê que os decisores e os praticantes das relações internacionais, muitas vezes, não os aplicam?

Bem, esta é uma daquelas perguntas que não tem uma resposta clara e certa, pois faz parte do conjunto de perguntas clássicas sobre a complexidade da natureza humana e da forma sempre imperfeita como tentamos organizarmo-nos enquanto seres sociais e políticos numa *boa sociedade*.

Todavia, mais uma vez, a ciência e as suas teorias podem ajudar a dar pistas para uma possibilidade de resposta. Assim, os estudos demonstram duas ideias básicas. Em primeiro lugar, o mundo político-prático, em regra, não está a par do progresso científico e não conhece as teorias, ou porque não tem tempo, ou porque não quer conhecer teorias novas que ponham em causa as suas ideias pré-concebidas. Em segundo lugar, porque os cientistas, muitas vezes, ou não estão interessados, ou não fazem um esforço para que as suas teorias cheguem aos praticantes de uma forma clara e *útil*.

Deste modo, apesar do importante papel que os teóricos têm enquanto professores e pregadores de teorias aos seus alunos - os futuros praticantes no mundo político - a verdade é que, na prática, assim que os ex-alunos entram no mundo prático existe uma tendência muito maior para socializarem as normas e as práticas estabelecidas do mundo político, do que a de tentarem introduzir novas normas e práticas importadas das teorias académicas. Isto não diminui a importância das teorias e dos teóricos, mas deve fazê-los pensar em desenvolver teorias que possam ter mais impacto no mundo político e, deste modo, mais relevantes e úteis à *polis*.

Na verdade, o académico não pode deixar de ter um sentido ético-útil do seu papel de cientista e uma responsabilidade de tentar aplicar o seu conhecimento da melhor forma possível e com isso ajudar a construir uma sociedade melhor, mais justa, mais livre, mais informada, etc. Para isso deve ter a coragem de *falar a verdade ao poder*, mas também deve tentar falar numa linguagem e num discurso teórico que seja compreensível e, se possível, utilizável pelo mundo político e pela sociedade em geral.

Deste modo, a disciplina das Relações Internacionais deve afirmar-se através de três passos interligados:

Primeiro: construção de mais e melhores teorias (eclecticas, plurais, e inclusivas).

Segundo: solidificação da sua autonomia disciplinar sem prejuízo de um maior diálogo com as outras ciências sociais.

Terceiro: desenvolvimento de uma maior relevância pública e ligação com a prática e o mundo político.

Se seguir este caminho a disciplina das Relações Internacionais continuará a afirmar-se como a ciência social mais contemporânea e por isso mais apta a compreender e explicar a *governança sem governo, a ordem e a mudança na política*

*internacional* (Rosenau, Czempiel), e a crescente *interdependência complexa* que caracteriza o mundo cada vez mais global.

Esta afirmação disciplinar deve, contudo, conseguir conjugar de forma equilibrada a especialização com o alargamento dos seus sub-campos de estudo, pois as RI não podem ser tudo o que é internacional, mas também devemos ter a consciência que, para parafrasear um famoso médico do Porto, quem só sabe de Relações Internacionais nem de Relações Internacionais sabe.

## Referências Bibliográficas

- Adler, Emanuel (1997) “Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics”, *The European Journal of International Relations* Vol.3, No.3, pp. 319- 363.
- Alker, H.R; Biersteker, T.J. (1984) “The Dialectics of World Order: Notes for a Future Archeologist of International Savoir Faire,” *International Studies Quarterly*. 28, pp.121-142.
- Badie, B. (1995): *La fin des territoires. Essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect*. Paris: Fayard.
- Badie, B.; Smouts, M (1992): *Le retournement du monde. Sociologie de la vie internationale*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques et Dalloz.
- Baldwin, David, (ed.) (1993) *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*. New York: Columbia University Press .
- Barnett, Michael; Finnemore, Martha (2004) - *Rules for the World: International Organizations in Global Politics*. Ithaca: Cornell University Press.
- Baylis, John; Smith, Steve eds. - *The Globalization of World Politics*. London: Oxford University press, 2004.
- Bennett, Andrew (2013) “The mother of all isms: Causal mechanisms and structured pluralism in International Relations theory” *European Journal of International Relations*. Vol 19, (3): pp. 459–481
- Breuning, M.; Bredehoft, J.; Walton, E. (2005) “Promise and Performance: An Evaluation of Journals in International Relations”. *International Studies Perspectives*, 6: 447–461.
- Brown Lynn-Jones; Miller (eds) *Debating the Democratic Peace*. Cambridge: MIT Press, 1996.
- Bull, Hedley (1977) *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*. London: Macmillan.
- Burchill, Scott et al. (2013) - *Theories of International Relations*, Basingstoke: Palgrave, 5th ed.
- Buzan, Barry (2001). “The English School: an underexploited resource in IR”. *Review of International Studies*, 27, pp 471-488.
- Buzan, Barry (2004) *From International to World Society? The English School*

*Theory and the Social Structure of Globalisation*. Cambridge: Cambridge University Press.

Buzan, Barry; Richard Little, (2001) “Why International Relations Has Failed as an Intellectual Project and What to Do about It”, *Millennium: Journal of International Studies* 30, no. 1: 19–39.

Carlsnaes, Walter; Risse, Thomas; Simmons, Beth, (eds) (2012) - *The Sage Handbook of International Relations*, London, Sage, 2nd ed.

Cox, Robert “The Point is not Just to Explain the World but to change It” in Reus-Smit Chris; Snidal, Duncan, (eds) (2008) *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford: Oxford UP, 84-93.

Cox, Robert W. (1981) “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory.” *Millennium: Journal of International Studies* 10 (2): 126–55.

Cox, Robert; TJ Sinclair (1996) - *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge University Press.

Crawford, Robert; Jarvis, Darryl (eds.) (2001) *International Relations: Still an American Social Science? Towards Diversity in International Thought*. Albany, NY: SUNY Press.

Doyle, M (1997) *Ways of War and Peace: Realism, Liberalism, and Socialism*. New York: Norton.

Dunne, Tim, Kurki, Milja; SMITH, Steve (eds.) (2010) - *International Relations Theories: Discipline and Diversity*, Oxford, Oxford UP, 2nd ed.

Dunne, Tim, Lene Hansen; Colin Wight (2013) “The end of International Relations theory?” *European Journal of International Relations*. vol. 19 no. 3, 405-425.

E.H. Carr. 2001 *The Twenty Years' Crisis, 1919-1939*. New York: Palgrave.

Foucault, Michel (1980) *Power/Knowledge: Selected Interviews and other Writings, 1972-1979*, Gordon, Colin, ed. Sussex: Harvester Press.

Friedrichs, J. ; F. Kratochwil (2009), “On acting and knowing: how pragmatism can advance international relations research and methodology”, *International Organization* 63(4):701–731.

Friedrichs, Jorg (2004) *European Approaches to International Relations Theory: House with Many Mansions*. London: Routledge.

- Galtung, Johan 1969, "Violence, Peace, and Peace Research" *Journal of Peace Research*, Vol. 6, No. 3, pp. 167-191
- Giles, Micheal W; James C. Garand (2007). Ranking Political Science Journals: Reputational and Citational Approaches. *PS: Political Science & Politics*, pp. 741-751.
- Gramsci, Antonio (1992) *Selections from the Prison Notebooks*. Trad. e Ed. de Q. Hoare; G. N. Smith, New York: International Publishers.
- Guilhot, Nicolas, (2011) *The Invention of International Relations Theory: Realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory*. New York: Columbia University Press,.
- Guzzini, Stefano (2103) "The ends of International Relations theory: Stages of reflexivity and modes of theorizing" *European Journal of International Relations*. vol. 19 no. 3, 521-541.
- Hoffmann, Stanley (1977) *An American Social Science: International Relations Daedalus*, Vol. 106, No. 3, pp. 41-60
- Holsti, KJ (1985) *The Dividing Discipline: Hegemony and Diversity in International Theory*. Winchester, Mass.: Allen & Unwin .
- Jordan, R., et al (2009) *One Discipline or Many? TRIP Survey of International Relations Faculty in Ten Countries*, Teaching, Research, and International Policy (TRIP) Project, The Institute for the Theory and Practice of International Relations, The College of William and Mary Williamsburg, VA.
- Jørgensen, Knud, Knudsen Tonny eds. (2006) *International Relations in Europe: Traditions, Perspectives and Destinations*. London/NY: Routledge.
- Katzenstein, P (ed.) (1996) *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. New York: Columbia University Press.
- Katzenstein, P.J.; R. Sil (2008), "Eclectic theorizing in the study and practice of international relations", in C. Reus-Smit; D. Snidal (eds), *The Oxford Handbook of International Relations*, Oxford: Oxford University Press, pp. 109–130.
- Keck, M.E.; K. Sikkink (1998), *Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*, Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Keohane Robert RO (1988) "International institutions: Two approaches". *International Studies Quarterly* 32(4): 379–396.
- Keohane Robert; Nye, JS (1977) *Power and Interdependence: World Politics in*

*Transition*. Boston, MA: Little, Brown.

Keohane Robert; Nye, JS (eds) (1972) *Transnational Relations and World Politics*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Keohane, Robert, (1984) *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press.

Keohane, Robert, Lisa Martin (2003) “ Institutional Theory as a Research Program” in Colin Elman and Miriam Fendius Elman, eds. *Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*. Cambridge, Mass.: MIT Press, pp. 73-107.

Lake, D (2011) Why ‘isms’ are evil: Theory, epistemology, and academic sects as impediments to understanding and progress. *International Studies Quarterly* 55(2): 465–480.

Lawson, George (2008) For a public international relations *International political sociology*, 2 (1). 17-37.

Linklater, Andrew; Suganami, Hidemi (2006) - *The English School of International Relations: a contemporary reassessment*. Cambridge: Cambridge University Press.

Little, Richard (2008) “International Relations from a former hegemon” in Reus-Smit Chris; Snidal, Duncan, (eds) (2008) *The Oxford Handbook of International Relations*, Oxford, Oxford UP, 675-687.

Lobo-Fernandes, Luís (2007) “O Ensino das Relações Internacionais” *Negócios Estrangeiros*, nº11.2, pp. 79-86

Liotard, Jean François (1989 (1979)) *A Condição Pós –moderna*. Lisboa: Gradiva.

Maliniak, Daniel, et al (2012) *TRIP around the World: Teaching, Research, and Policy Views of International Relations Faculty in 20 Countries*. Institute for the Theory and Practice of International Relations, College of William & Mary.

Mannheim, Karl (2011). “The Problem of a Sociology of Knowledge,” in Kurt H. Wolff (ed.), *From Karl Mannheim*, pp. 187–243. New Brunswick and London: Transaction Publishers.

Mansfield Edward; Snyder, Jack (2005) *Electing to Fight: Why Emerging Democracies Go to War*. Cambridge: MIT Press.

Mearsheimer, John (1994) “The False Promise of International Institutions” 19 (3) *International Security* 5–49.

Mearsheimer, John (2001) *The Tragedy of Great Power Politics*, New York: Norton.

- Mendes, Pedro Emanuel (2001) “Utopia, uma ideia na história ou uma ideia de história? Considerações sobre a busca do ideal de Isaiah Berlin” in *Revista Lusitana de Relações Internacionais*, Porto: nº2, pp. 271-294.
- Mendes, Pedro Emanuel (2007) “A Raiz e o Fruto na Análise da Política Externa dos Estados: uma Perspectiva Eclética”, in *Relações Internacionais*, nº 16, IPRI-UNL, pp. 129-144.
- Mendes, Pedro Emanuel (2012a) *O Poder e as Ideias na Política Externa do Portugal Democrático: o caso de Timor*. Tese de Doutoramento, Lisboa: FCSH-UNL 2012.
- Mendes, Pedro Emanuel (2012b) “A (re)invenção das Relações Internacionais na viragem do século: o desafio do construtivismo.” in *Relações Internacionais* nº 36, IPRI-UNL, pp. 105-118.
- Mendes, Pedro Emanuel (2012c) *Portugal e a Europa: Factores de Afastamento e Aproximação da Política Externa Portuguesa (1970-1978)*. Porto: CEPESE.
- Merle, Marcel (1982) *Sociologie des Relations Internationales*. Paris, Dalloz,.
- Merle, Marcel (1985) *Forces et Enjeux dans les Relations Internationales*. Paris, Economica,.
- Merle, Marcel (1986) *Les Acteurs dans les Relations Internationales*. Paris: Economica,
- Moravcsik, Andrew (1997) “Taking Preferences Seriously: A Liberal Theory of International Politics,” *International Organization* 51, 4 : 513-553.
- Moravcsik, Andrew (1997) “Taking Preferences Seriously: A Liberal Theory of International Politics” 51 *International Organization* 513–53.
- Moravcsik, Andrew (2003) “Liberal International Relations Theory: A Scientific Assessment” in Colin Elman and Miriam Fendius Elman, eds. *Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 159-204.
- Moravcsik, Andrew (2003) “Theory synthesis in international relations: real not metaphysical”, *International Studies Review* 5(1): 131–136.
- Moravcsik, Andrew (2008). “The New Liberalism” in Christian Reus-Smit and Duncan Snidal, eds. *The Oxford Handbook of International Relations*
- Morgenthau, Hans J. - *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. New York: Alfred Knopf, 1993.

- Olson, William; Groom, A.J.R. - *International relations then and now: Origins and trends in interpretation*. London: Harper Collins, 1991.
- Onuf, Nicholas - *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.
- Pereira, Laura; Freire, Maria Raquel (2009) International Relations in Portugal The State of the Field and Beyond. *Global Society*. Vol. 23, 1: 79-96.
- Pouliot, V. (2007), “ ‘Subjectivism’: toward a constructivist methodology”, *International Studies Quarterly* 51(2): 359–384.
- Pouliot, V. (2008), “The logic of practicality: a theory of practice of security communities”, *International Organization* 62 (2): 257–288.
- Reus-Smit Chris; Snidal, Duncan, (eds) (2008)- *The Oxford Handbook of International Relations*, Oxford, Oxford UP.
- Rosenau, James N; Czempiel, Ernst-Otto, (eds.) (1992) *Governance without Government: Order and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Roy E Jones, (1981) “The English school of international relations: a case for closure,” *Review of International Studies* 7: 1, 1-13.
- Ruggie, J (1998) *Constructing the World Polity: Essays on International Institutionalization*. New York: Routledge.
- Schatzki, T.R.; K. Knorr Cetina; E. von Savigny (eds) (2001), *The Practice Turn in Contemporary Theory*, New York: Routledge.
- Schmidt, B (2013) On the history and historiography of International Relations. In: Carlsnaes W, Risse T and Simmons BA (eds) *Handbook of International Relations*. Thousand Oaks, CA: Sage, 3–28.
- Schmidt, Brian - “The Historiography of Academic International Relations”, in *Review of International Studies*. Vol. 20, n<sup>o</sup>4, 1994, pp. 349-367.
- Schmidt, Brian. - “Lessons from the Past: Reassessing the Interwar Disciplinary History of International Relations”, in *International Studies Quarterly*. Vol. 42, n<sup>o</sup>3 1998, pp. 433-459.
- Sil R; Katzenstein PJ (2010) *Beyond Paradigms: Analytic Eclecticism in the Study of World Politics*. New York: Palgrave Macmillan.
- Smith, Steve - “The discipline of international relations still an American social science” *British Journal of Politics & International Relations*. Vol. 2, no 3, 2000, pp.

374-402.

Snyder, Jack - "One World, Rival Theories," in *Foreign Policy*. Vol. 145, 2004, pp. 52-62.

Tickner, A (1992) *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*. New York: Columbia University Press.

Tickner, A (1997) You just don't understand: Troubled engagements between feminists and IR theorists. *International Studies Quarterly* 41: 611-632.

Tickner, A; Wæver, O (eds.) (2009) *International Relations Scholarship around the World: Worlding Beyond the West*. New York: Routledge.

Vasilaki, Rosa (2012) "Provincialising IR? Deadlocks and Prospects in Post-Western IR Theory" *Millennium Journal of International Studies*, September; vol. 41, 1: pp. 3-22

Wæver, Ole - "The Sociology of a not so International Discipline: American and European Developments in International Relations," in *International Organization*. Vol. 52, 1998, pp. 687-727.

Waltz, Kenneth (1979) *Theory of International Politics*. NY: McGraw-Hill.

Weber, Max – *From Max Weber: Essays in Sociology*. Edited by H. Gerth; C. W. Mills. New York: Routledge, 1998.

Wendt, Alexander (1992) "Anarchy Is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics", in *International Organization*. Vol 46, no 2, pp. 391-426.

Wendt, Alexander (1999) *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Wight, Martin (1991) *International Theory: The Three Traditions* ed. Gabriele Wight & Brian Porter Leicester/London: Leicester University Press.